

24  
59730  
**LEI N.º 7.513, DE 15 DE JULHO DE 2010**

Ratifica convênio com o Estado/Secretaria de Saúde para implantação do Hospital Regional Jundiaí e autoriza crédito adicional especial para fins de aditamento (R\$ 1.088.545,00).

**O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ**, Estado de São Paulo, de acordo com o que decretou a Câmara Municipal em Sessão Extraordinária realizada no dia 13 de julho de 2010, **PROMULGA** a seguinte Lei:

**Art. 1º** - Ficam ratificados o **Convênio nº 821/2007**, autorizado pela **Lei nº 4.980, de 31 de março de 1997** e o **Termo Aditivo ao Convênio nº 821/07**, que tem por objeto viabilizar a implantação e a operacionalização do **Hospital Regional Jundiaí**.

**Parágrafo único** – Os instrumentos de que tratam o caput deste artigo, serão encaminhados posteriormente à Câmara Municipal, nos termos do art. 116, § 2º, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

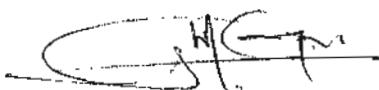
**Art. 2º** - Para fins de celebração do **Termo Aditivo ao Convênio nº 821/2007**, firmado com o Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria de Estado da Saúde, visando a implantação e operacionalização do **Hospital Regional Jundiaí**, fica o Chefe do Executivo autorizado a abrir um crédito adicional especial no Orçamento vigente até o montante de **R\$ 1.088.545,00 (um milhão e oitenta e oito mil e quinhentos e quarenta e cinco reais)**, em conformidade com o art. 43, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

**Art. 3º** - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

  
**MIGUEL HADDAD**

Prefeito Municipal

Publicada e registrada na Secretaria Municipal de Negócios Jurídicos da Prefeitura do Município de Jundiaí, aos quinze dias do mês de julho de dois mil e dez.

**GUSTAVO L. C. MARYSSAEL DE CAMPOS**

Secretário Municipal de Negócios Jurídicos



Câmara Municipal de Jundiaí  
São Paulo

10 35  
59730  
CJ

PUBLICAÇÃO	Rubrica
20/07/2010	SL

LEI N.º 7.513, DE 15 DE JULHO DE 2010

ratifica convênio com o Estado/Secretaria de Saúde para implantação do Hospital Regional Jundiaí e autoriza crédito adicional especial para fins de aditamento (R\$ 1.088.545,00).

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ, Estado de São Paulo, de acordo com o que decretou a Câmara Municipal em Sessão Extraordinária realizada no dia 13 de julho de 2010, PROMULGA a seguinte Lei:

Art. 1º - Ficam ratificados o Convênio nº 821/2007, autorizado pela Lei nº 4.980, de 31 de março de 1997 e o Termo Aditivo ao Convênio nº 821/07, que tem por objeto viabilizar a implantação e a operacionalização do Hospital Regional Jundiaí.

Parágrafo único – Os instrumentos de que tratam o caput deste artigo, serão encaminhados posteriormente à Câmara Municipal, nos termos do art. 116, § 2º, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Art. 2º - Para fins de celebração do Termo Aditivo ao Convênio nº 821/2007, firmado com o Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria de Estado da Saúde, visando a implantação e operacionalização do Hospital Regional Jundiaí, fica o Chefe do Executivo autorizado a abrir um crédito adicional especial no Orçamento vigente até o montante de R\$ 1.088.545,00 (um milhão e oitenta e oito mil e quinhentos e quarenta e cinco reais), em conformidade com o art. 43, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

MIGUEL HADDAD  
Prefeito Municipal

Publicada e registrada na Secretaria Municipal de Negócios Jurídicos da Prefeitura do Município de Jundiaí, aos quinze dias do mês de julho de dois mil e dez.

GUSTAVO L. C. MARYSSAEL DE CAMPOS  
Secretário Municipal de Negócios Jurídicos



Expediente

53 26  
pic 59381  
N

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ - SP

OF. G.P.L. nº 275/2010

Processo nº 8.195-7/2010

10.07.10 - 100% 14:16 06/07/2010

Jundiaí, 26 de julho de 2010.

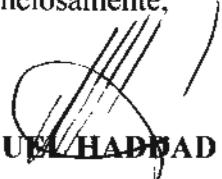
Excelentíssimo Senhor Presidente:

06/08/2010

Em atendimento ao disposto no art. 1º, § único da Lei Municipal nº 7.513/2010, encaminhamos a **Vossa Excelência**, cópia do **Termo Aditivo ao Convênio nº 821/2007**, celebrado entre o **Estado de São Paulo**, por intermédio da **Secretaria de Estado da Saúde** e esta **Municipalidade**, objetivando consolidar e discriminar os compromissos e responsabilidades viabilizando a implantação e operacionalização do **Hospital Regional**.

Na oportunidade, reiteramos nossos protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

  
**MIGUEL HADDAD**

Prefeito Municipal

Ao

Exmo. Sr.

**Vereador JOSÉ GALVÃO BRAGA CAMPOS**

Presidente da Câmara Municipal de Jundiaí

N E S T A

scc. I



## SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

17/03/2010  
LNU 59730

PROCESSO N.º 000.0003 001945 /2010  
Termo Aditivo nº: 001/2010

Termo Aditivo ao Convênio nº 821/2007 celebrado, em 28/12/2007, entre o Estado de São Paulo, por intermédio da **Secretaria de Estado da Saúde**, e a Prefeitura de Jundiaí, objetivando consolidar e discriminar os compromissos e responsabilidades que assumem para a viabilizar a implantação e operacionalização do **HOSPITAL REGIONAL JUNDIAÍ**

Pelo presente instrumento, o Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria de Estado da Saúde, com sede na Av. Dr. Enéas de Carvalho Aguiar, n.º 188, São Paulo – Capital, neste ato representada por seu **Secretário, Dr. LUIZ ROBERTO BARRADAS BARATA**, brasileiro, casado, médico, portador do RG. n.º 5.433.764-1, CPF. n.º 000.187.008-45, daqui por diante denominada **SECRETARIA**, e de outro lado a **Prefeitura de Jundiaí**, com sede a Avenida da Liberdade, s/nº, na Cidade e Município de Jundiaí, São Paulo, C.N.P.J. n.º 45.780.103/0001-50, neste ato representada pelo seu **Prefeito, Sr. MIGUEL MOUBADDA HADDAD**, brasileiro, casado, Advogado, RG nº 9.512.557, CPF nº 964.768.508-49, daqui por diante denominada **PREFEITURA**, com fundamento nos dispositivos legais que regem o Sistema Único de Saúde – SUS, em especial, nos arts. 196 a 200 da Constituição Federal, 217 a 231 da Constituição do Estado de São Paulo, na Lei federal nº 8080/90, na Lei Complementar estadual nº 791/1995, e demais disposições pertinentes, e ainda, no disposto em Cláusulas próprias do Convênio, sob referência, resolvem celebrar o presente Termo Aditivo ao mencionado ajuste, mediante as Cláusulas e condições a seguir articuladas.

### CLÁUSULA PRIMEIRA

#### DO OBJETO

O presente Termo Aditivo tem por objeto *consolidar e discriminar os compromissos e responsabilidades que assumem os partícipes, para viabilizar a implantação e operacionalização do HOSPITAL REGIONAL JUNDIAÍ*, visando oferecer

40  
B.



## SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

46 28  
prur 59 730  
NL

assistência integral à saúde da coletividade, além de integrada à política pública de saúde, de forma a viabilizar a confluência orgânica do Sistema Único de Saúde – SUS e possibilitar retaguarda hospitalar indispensável ao Ambulatório Médico de Especialidades – AME JUNDIAÍ, em conformidade com o Projeto que segue anexado aos autos do Processo, que integra este instrumento, dele fazendo parte indissociável, como se transrito nele estivesse.

### CLÁUSULA SEGUNDA

#### DA RESPONSABILIDADE DA SECRETARIA

A SECRETARIA se compromete a equipar o HOSPITAL REGIONAL JUNDIAÍ, de acordo com as metas a serem atingidas e o prazo para execução, ficando, também, sob sua responsabilidade a gestão dos serviços e ações de saúde a serem implantados naquela unidade hospitalar, condicionada à disponibilidade orçamentária.

**Parágrafo Único** – Os bens adquiridos com os recursos do Estado serão inventariados e integrarão o patrimônio do Estado, ficando sob a posse e responsabilidade do HOSPITAL REGIONAL JUNDIAÍ.

### CLÁUSULA TERCEIRA

#### DA RESPONSABILIDADE DA PREFEITURA

A PREFEITURA se compromete a reformar e disponibilizar o prédio e suas instalações, provendo-o das condições necessárias para receber os bens e equipamentos necessários à execução, em suas dependências, das ações e atividades de assistência à saúde.

Two handwritten signatures are present here, one above the other, likely belonging to the Mayor and the Secretary of Health respectively.



## SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

29  
1993  
H

### CLÁUSULA QUARTA

#### DA RESPONSABILIDADE COMUM

No caso de denúncia do ajuste, por qualquer dos partícipes, obrigar-se estes a restituir, ao outro, o saldo dos recursos líquidos resultantes dos valores eventualmente recebidos um do outro e a transferir, integralmente, ao Estado, o patrimônio destinado ao HOSPITAL REGIONAL JUNDIAÍ.

### CLÁUSULA QUINTA

#### DO PRAZO DE VIGÊNCIA

O prazo de vigência do presente Termo acompanhará o do Convênio que lhe deu origem, renovando-se no que lhe suceder, tendo por termo inicial a data de sua assinatura, sempre condicionada, à vigência, à demonstração da consecução dos objetivos estratégicos e das metas estabelecidas e concordância dos partícipes.

**Parágrafo Único** - O prazo de vigência deste Termo, estipulado nesta cláusula, fica condicionado à existência de recursos orçamentários para a efetiva continuidade do acordo prestação dos serviços nos exercícios financeiros subseqüentes ao da assinatura do ajuste.

### CLÁUSULA SEXTA

#### DA DENÚNCIA

A denúncia do presente Termo obedecerá às disposições contidas na Lei Federal nº 8666/93 e alterações, podendo ser efetivada:

✓ 3. ✓



## SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

75 30  
1993  
H

I – por ato unilateral da SECRETARIA, na hipótese de descumprimento, por parte da PREFEITURA, ainda que parcial, das cláusulas que inviabilizem a execução dos objetivos previstos no presente, decorrentes da má gestão, culpa ou dolo;

II – por acordo entre os partícipes reduzido a termo, tendo em vista o interesse público;

### CLÁUSULA SÉTIMA DO PRAZO PARA QUITAÇÃO

A PREFEITURA terá o prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da denúncia do ajuste, para quitar suas obrigações e prestar contas de suas atividades à SECRETARIA.

### CLÁUSULA OITAVA DA RESPONSABILIDADE CIVIL DA PREFEITURA

A PREFEITURA é responsável pela indenização de dano decorrente de ação ou omissão voluntária ou de negligência, imperícia ou imprudência que seus agentes, nessa qualidade, causarem a paciente, aos órgãos do SUS e a terceiros a estes vinculados, assegurando-se o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa, sem prejuízo da aplicação das demais sanções cabíveis.

*[Handwritten signatures and initials are visible along the bottom left margin.]*



## SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

1983  
PTO 59730  
H

### CLÁUSULA NONA DA PUBLICAÇÃO

O PRESENTE Termo Aditivo será publicado no Diário Oficial do Estado, no prazo máximo de 20 (vinte) dias, contados da data de sua assinatura.

### CLÁUSULA DÉCIMA DO FORO

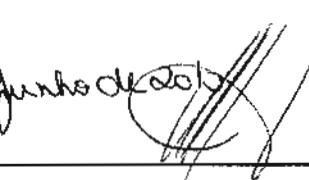
Fica eleito o Foro da Capital, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir quaisquer questões oriundas deste Termo Aditivo que não puderem ser resolvidas pelos partícipes.

E, por estarem justos e acordados, assinam o presente Termo em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo.

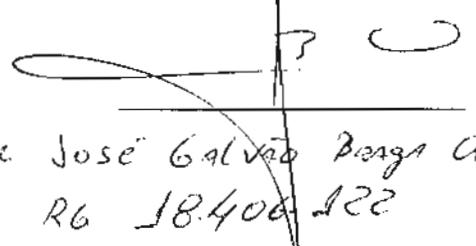
São Paulo, 01 de junho de 2003

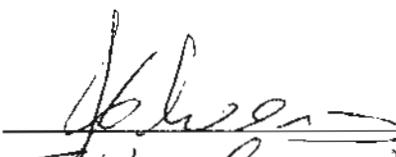
  
**Luiz Roberto Barradas Barata**

Secretário de Estado da Saúde

  
**Miguel Moubadda Haddad**

Prefeito de Jundiaí

  
**José Galvão Borges Campos**  
R6 18.400-122

  
**Sílvio Lacerda Olívio**  
R6.8447637-5

## Saúde

### GABINETE DO SECRETÁRIO

**Resolução 55 - 76, de 1-6-2010**

O Secretário da Saúde do Estado, considerando o Decreto - 55.848, de 24 de maio de 2010 que dispõe sobre o funcionamento das repartições públicas estaduais nos dias dos jogos da Seleção Brasileira na primeira fase da Copa do Mundo de Futebol de 2010, resolve:

**Artigo 1º** - O expediente das unidades da Secretaria da Saúde terá seu encerramento no inicio fixado na seguinte conformidade:

- no dia 15 de junho - terça-feira, encerramento às 14 horas;

- no dia 25 de junho - sexta-feira, inicio às 14 horas

**Artigo 2º** - Em decorrência do disposto no artigo 1º deste Decreto, os servidores deverão compensar as horas não trabalhadas, à razão de 1 (uma) hora diária, sem prejuízo do cumprimento da jornada de trabalho a que estiverem sujeitos.

**§ 1º** - Caberá ao superior imediato de cada servidor determinar a escala de compensação a ser feita no inicio ou final do expediente de acordo com o interesse e a peculiaridade do serviço.

**§ 2º** - A não compensação das horas de trabalho acarretará os descontos pertinentes ou, se for o caso, falta ao serviço da dia sujeito à compensação.

**§ 3º** - Os servidores que preverem viagem a se alocar no período da compensação, deverão efetuar-a a partir da data que reassumirem suas funções.

**Artigo 3º** - Os Hospitais, Complexos ou Conjuntos Hospitalares, Centros de Referência, Laboratórios, Ambulatórios Médicos de Especialidades, Unidades Básicas de Saúde, Unidades de Gestão Assistencial e outras Unidades da Pasta que prestam serviços essenciais e de interesse público, terão, nos dias mencionados no artigo 1º desta Resolução, funcionamento intermitente e expediente normal.

**Artigo 4º** - Caberá aos dirigentes das unidades abrangidas por esta Resolução o cumprimento das disposições nele contidas.

**Artigo 5º** - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

**Despacho do Secretário, de 31-5-2010**

Processo: 001/0262/001.098/2010

Interessado: Conjunto Hospitalar de Sorocaba

Assunto: Ressarcimento - empresa Rental (Crdi & Cestaria Ltda.)

Despacho GS, 5.694

Dentre os elementos de instalação constantes dos autos, notadamente da manifestação da Douta Consultora Jurídica da Pasta, através do Parecer CJSST - 541/2010, acostado de fls 178/178, com aquisição de Procuradoria do Estado chefe da CJ, sob fls. 179, anexo(a), nos termos do inciso V, alínea "g", do artigo 1º, do Decreto Estadual, 53.334 de 19/08/2008, o pagamento de importância de R\$ 13.250,00 (treze mil, duzentos e sessenta reais), a título indenizatório à empresa Rental (Crdi & Cestaria Ltda.), correspondente à verba paga pelo prestador de serviços de locação de cestas básicas de coleta de lata, no período de janeiro de 2006 a agosto de 2007, não pago oportunamente (fls 6/14), pelo Conjunto Hospitalar de Sorocaba, da Coordenadoria de Serviços de Saúde.

Extracto de Termos Aditivos

Processo: 001/0091/001.893/2010

Termo Aditivo: 002/2010

Interessado: Instituto Ceara de Dermatologia e Otorrinolaringologia

CNPJ: 03.456.904/0001-56

Objeto: O presente Termo Aditivo tem por objeto a transferência de recursos financeiros destinados a custeio - Programa Visão do Interno

Valor: R\$ 142.400,00 em parcelas

Programa de Fribal - 10.302.0930.4.849

Fonte: Tesouro

Natureza de Despesa: 33.50.43

UFG: 09.01.02

Vigência: 31/12/2010

Data da Assinatura: 25/05/2010

Processo: 001/001/001.893/2010

Termo Aditivo: 007/2010

Interessado: Casa de Saúde Santa Marcelina

CNPJ: 60.742.618/0001-60

Objeto: O presente Termo Aditivo tem por objeto a transferência de recursos financeiros destinados a custeio - Programa Vida e Fimite

Valor: R\$ 52.000,00 em parcelas

Programa de Trabalho: 10.302.0930.4.849

Fonte: Tesouro

Natureza de Despesa: 33.50.43

UFG: 09.01.02

Vigência: 31/12/2010

Data da Assinatura: 01/06/2010

Processo: 001/024/001.089/2009

Termo Aditivo: 002/2010

Interessado: Casa de David Tabernáculo Espírito para Excepcionais de São Paulo

CNPJ: 61.957.627/0001-20

Objeto: O presente Termo Aditivo tem por objeto a transferência de recursos financeiros destinados a custeio - matrizes de consumo, folha de pagamento e prestação de serviços, para atendimento aos portadores de autismo do Estado de São Paulo, em decorrência da Ação Pública - 053.0.002/71392

Valor: R\$ 980.520,00 em parcelas, sendo 01 (uma) parcela de R\$ 760.520,00 e 08 (oito) parcelas de R\$ 90.000,00

Programa de Trabalho: 10.302.0930.4.849

Fonte: Tesouro

Natureza de Despesa: 33.50.43

UFG: 09.01.02

Vigência: 31/12/2010

Data da Assinatura: 01/06/2010

Processo: 001/024/001.089/2009

Termo Aditivo: 006/2010

Interessado: Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Santos

CNPJ: 58.198.524/0001-19

Objeto: O presente Termo Aditivo tem por objeto a transferência de recursos financeiros destinados a custeio - desenvolvimento e execução de projetos de capacitação voltado para a educação permanente

Valor: R\$ 57.500,00 parcela única

Programa de Trabalho: 10.302.0930.4.849

Fonte: Fundes

Natureza de Despesa: 33.50.43

UFG: 09.01.02

Vigência: 31/12/2010

Data da Assinatura: 01/06/2010

Processo: 001/010/000.095/2010

Termo Aditivo: 007/2010

Interessado: Universidade Estadual Paulista "Julio de Mesquita Filho" Unesp

CNPJ: 48.033.917/0001-24

Objeto: O presente Termo Aditivo tem por objeto a transferência de recursos financeiros destinados a custeio - atender assistencialmente ao Cad. Prof. Cantidio de Moraes Campos em Botucatu, na área de Ações Técnicas Notacionais

Valor: R\$ 1.562.000,00  
Programa de Trabalho: 10.302.0930.4.849  
Fonte: Tesouro  
Natureza de Despesa: 33.50.43  
UFG: 09.01.02  
Vigência: 31/12/2010  
Data da Assinatura: 01/06/2010  
Processo: 001/001/001.094/2010  
Termo Aditivo: 001/2010  
Interessado: Prefeitura Municipal de Jundiaí  
CNPJ: 45.786.103/0001-50

Objeto: O presente Termo Aditivo tem por objecto consolar e discutir os compromissos e responsabilidades que assumem os participes, para viabilizar a implementação e operacionalização do Hospital Regional de Jundiaí, visando oferecer assistência integral à saúde da coletividade, além de integrar a política pública de saúde de forma a viabilizar a configuração do Sistema Único de Saúde - SUS e possibilidades de guarda hospitalar indispensável ao Ambulatório Médico de Especialidades - Amee/Jundiaí

Vigência: En quanto perdurar o Convênio

Data da Assinatura: 01/06/2010

Processo: 001/020/001.003/2010

Termo Aditivo: 002/2010

Interessado: Santa Casa de Misericórdia de Santo Amaro

CNPJ: 57.032.957/0001-01

Objeto: O presente Termo Aditivo tem por objeto a transferência de recursos financeiros destinados a custeio - matrícula, folha de pagamento e prestação de serviços

Valor: R\$ 215.641,00 (Duzentos e Quarenta Mil e Seus Reais e Quarenta e Quatro Reais), em parcela única

Programa de Trabalho: 10.302.0930.4.849

Fonte: Tesouro

Natureza de Despesa: 33.50.43

UFG: 09.01.02

Vigência: 31/12/2010

Data da Assinatura: 31/05/2010

Processo: 001/000/001.096/2010

Termo Aditivo: 003/2010

Interessado: Associação de Pais e Amigos das Excepcionais de São Paulo - Cruz das Palmeiras

CNPJ: 48.182.992/0001-41

Objeto: O presente Convênio tem por objeto, aperfeiçoamento das ações e serviços do Sistema Único de Saúde-SUS-SP

Vigência: 31/12/2012

Data da Assinatura: 02/06/2010

Extrato de Termos de Retirada - Ratificação

Processo: 001/020/000.578/2008

Interessado: Prefeitura Municipal de Lins

CNPJ: 44.531.798/0001-38

Objeto: Alterar a Cláusula Quinta do Vigilância do Termo Aditivo - 03/2008/2010, celebrado em 30/05/2008, que passa a vigorar até 30/06/2010

Data da Assinatura: 01/06/2010

INSTITUTO BUTANTAN

Portaria TBD - B, de 31-5-2010

O Diretor do Instituto Butantan resolve:

Artigo 1º - Alterar a composição da Comissão de Veneiros, ficando constituída como segue, sob a presidência do primeiro

i. Wilson Fernandes - Laboratório de Hipergrelógicos

ii. Irene Krysas - Laboratório de Antíbióticos

iii. Marisa Moreira Teixeira da Roche - Laboratório de Heteropatologias

iv. Roberto Henrique Pinto Mores - Laboratório de Parasitologia (Entomologia)

v. Wagner Quintillo - Serviço de Controle de Qualidade

Artigo 2º - A Comissão terá as seguintes atribuições:

1. proceder à devolução dos venenos de animais peçonhentos;

2. manter o controle dos quantitativos em estoque e das necessidades às atividades de produção e de pesquisa do Instituto Butantan;

3. apresentar relatório bimestral à Diretoria do Instituto,

4. dar cumprimento aos dispositivos estabelecidos pela Portaria TBD-017, de 14 de junho de 1959

Artigo 3º - A Comissão executará seus trabalhos sem prejuízo das atribuições de seu(s) cargo(s) funcional(is) suas atividades.

Artigo 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogada a Portaria TBD-013, de 05.08.2001

Portaria TBD - B, de 31-5-2010

O Diretor do Instituto Butantan, considerando o Programa de Aprimoramento Profissional - PAP, da Secretaria de Estado de Saúde, resolve

Artigo 1º - Alterar a composição da Comissão de Aprimoramento Profissional, no âmbito deste Instituto, ficando constituída como segue, sob a Presidência do primeiro

i. Waldemar Pereira Elias Junior - Laboratório de Bacteriologia

ii. Dr. Denise Spaducci Moreira - Laboratório de Fisiologia

iii. Nelson Ibañez - Laboratório Especial de História da Ciéncias

iv. Eliane Maria das Santas - Divisão de Desenvolvimento Científico

v. Elizabeth Cristina Alencar - Serviço de Virologia

vi. Flávia Saldivita Kubrusly - Centro de Biotecnologia

vii. Habel Correa Batista - Laboratório de Bioquímica e Biofísica

viii. Nelson Ibañez - Laboratório Especial de História da Ciéncias

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, alterando o Artigo 1º, da Portaria TBD-013, de 04.05.2009, mantendo as demais disposições.

Portaria TBD - B, de 31-5-2010

O Diretor do Instituto Butantan resolve

Artigo 1º - Alterar a composição da Comissão de Controle de Contratos, c.c. com a Portaria SS- 5.644/80

Artigo 2º - Alterar a Comissão de Calibração de espectrofotômetro, por exclusividade, para uso do Laboratório de Malvila desse Instituto, a favor da empresa Merck S/A, inscrita no CNPJ sob o número 33.069.212/0001-84, no valor de R\$ 510,20 (quinhentos e dez reais e vinte centavos), visando atender às necessidades do Instituto.

Processo: 001/070-000.547/2010

Interessado: Coordenação de Controle de Doenças - 001/076

Assunto: Contratação de serviços de alimentação coffee break - com saúde - "A História da Humanidade Contada pelo Vírus" - dia 10 de Junho de 2010, no Auditório José Ademar Dias

Autógrafo: a presente dispensa e declaro a dispensa de licitação de acordo com o Artigo 24, Inciso II da Lei Federal - 8.666/93 e alterações posteriores, combinado com o mesmo artigo da Lei Estadual - 6.544/80 e suas alterações posteriores, c.c. com a Resolução SS- 26/90, o ato de fls 18 que declarou a "Inexigibilidade de Licitação", considerando a inexistência de competição com fundamento no "caput" do artigo 25 da mesma legislação, para exclusividade de calibração de espectrofotômetro, por exclusividade, para uso do Laboratório de Malvila desse Instituto, a favor da empresa Merck S/A, inscrita no CNPJ sob o número 33.069.212/0001-84, no valor de R\$ 510,20 (quinhentos e dez reais e vinte centavos), visando atender às necessidades do Instituto.

Processo: 001/070-000.547/2010

Interessado: Coordenação de Controle de Doenças - 001/076

Assunto: Contratação de serviços de alimentação coffee break - com saúde - "A História da Humanidade Contada pelo Vírus" - dia 10 de Junho de 2010, no Auditório José Ademar Dias

Autógrafo: a presente dispensa e declaro a dispensa de licitação de acordo com o Artigo 24, Inciso II da Lei Federal - 8.666/93 e alterações posteriores, combinado com o mesmo artigo da Lei Estadual - 6.544/80 e suas alterações

e parágrafo único do Artigo 3º da resolução CEGP-16 de 19/11/1992, para Contratação de serviços de alimentação coffee break - com saúde - "A História da Humanidade Contada pelo Vírus" - dia 10 de junho de 2010, no Auditório José Ademar Dias, no valor total de R\$ 891,00 (oitocentos e noventa e um reais) a favor da empresa Enevoa Eventos e Restaurante Lotia, inscrita no CNPJ: 56.994.167/0001-99, estabelecida à Rodovia BR 232, Km. 63 - s/n - Ponte PE, referente ao pedido de revogação do Comunicado CTS - 58/2010 - GT Medicamentos/DIFER, de 21/04/2010, que preste a fabricação, comunicação e uso

de todos os tipos de medicamento Viscosil®, em todas as suas apresentações, comunicação e não fornecimento do pedido de revogação ao Comunicado

de todos os tipos de medicamento Viscosil®, em todas as suas apresentações, comunicação e não fornecimento do pedido de revogação ao Comunicado

### GRUPO DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA DA CAPITAL

Despachos da Diretora, de 2-6-2010

Lavratura de Termo de Liberação de Imóvel - Tm Nº 006376 de 15/12/2009, Lavrado o Termo para Entrega do Imóvel, Permanecendo a Empresa com Suspensão de Venda e Fabricação de Produtos, em Nome da Empresa Mari Aparecida Basílio Maccarenas Me - Atividade: Fábrica de Cosméticos - Rue Angelo Pinto, 87 - São Paulo SP Prot. 009083/2009-N01 - Prot. 01/071/001/061/2009/009

Lavratura de Termo de Intendência de Produto e Equipamento - Tm Nº 006406 de 15/12/2009, Lavrado Intendência de Equipamento, Produtos Acabados e Semi-Acabados e Materiais Primitivos, em Nome da Empresa Mari Aparecida Basílio Maccarenas Me - Atividade: Fábrica de Cosméticos - Rue Angelo Pinto, 87 - São Paulo SP Prot. 009083/2009-N01 - Prot. 01/071/001/061/2009/009

Lavratura de Auto de Imposto de Peralta de Suspensão de Venda/Fabricação de Produto/Atividade - Ap. Nº 006390 de 15/12/2009, Intendência Imóvel Sítio Avenida Paranaíba, 86 - Vila Almeida - São Paulo SP, para onde foram Transferidas As Materiais Primitivos, Produtos Acabados e Semi-Acabados, em Nome da Empresa Mari Aparecida Basílio Maccarenas Me - Atividade: Fábrica de Cosméticos - Rue Angelo Pinto, 87 - São Paulo SP Prot. 009083/2009-N01 - Prot. 01/071/001/061/2009/009

Requerida a Solução Protocolo 012141/2009-N01 de 22/12/2009 Avaliação do Recuso de Defesa Referente Auto de Infração - Ap. Nº 007253 / Infidelidade de Intendência

Assunto: Aquisição de placas ópticas de polipropileno 2010NE00165 - Rock Diagnóstica Brasil Ltda Processo: 0701-000.514/2010 - Inexigibilidade de Licitação

Assunto: Aquisição de reagentes 2010NE0046 - Alkôx Brasil Ind. Com. Ltda

Termo Aditivo ao Contrato

Processo: 0701-001.507/2009/009

Contrato: 001/2010

Contratada: Instituto Adolfo Lutz

Contratada: Lameir - Engenharia e Sistemas Ltda

Objeto: Prestação de serviços de reforma e construção de obras de reforma nos Laboratórios de Farmacognosia, provedor de ensaios no 1º andar do prédio da Divisão de Biotecnologia e Química

Fundamento Legal Inciso II, do Artigo 57, da Lei Federal - 8.666/93, e alterações posteriores

Vigência: 45 (quarenta e cinco)

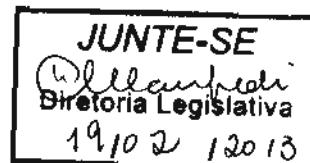


PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ - SP

OF. GPL. nº 362/2012

Jundiaí, 07 de dezembro de 2012.

Excelentíssimo Senhor Presidente:



Vimos, pelo presente, em atendimento ao art. 116, § 2º, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, encaminhar a V.Exa. cópia do Termo Aditivo ao Convênio nº 821/2007 celebrado entre esta Municipalidade e o Estado de São Paulo por intermédio da Secretaria de Estado da Saúde, referente ao Programa QUALIS\_UBS.

Na oportunidade, reiteramos nossos protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,  
  
MIGUEL HADDAD  
Prefeito Municipal

Ao

Exmo. Sr.

**Vereador JÚLIO CÉSAR DE OLIVEIRA**

Presidente da Câmara Municipal de Jundiaí

N E S T A

scc.1



fls. 34  
proc. 9730  
A

**SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE  
COORDENADORIA DE REGIÕES DE SAÚDE**

**TERMO ADITIVO Nº..... /2012 AO  
CONVÊNIO Nº. 821/2007, firmado em  
28/12/2007 entre o Governo do Estado de São  
Paulo, através de sua Secretaria de Estado da  
Saúde e a Prefeitura de Jundiaí, que entre si  
fazem visando PRORROGAR o prazo de  
vigência.**

**PROCESSO Nº.: 001.0001.004891/2007**

Pelo presente instrumento o Governo do Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria de Estado da Saúde, com sede na Av. Dr. Enéas de Carvalho Aguiar, nº 188, São Paulo – Capital, neste ato representada pelo seu Secretário, Giovanni Guido Cerri, naturalizado Brasileiro, casado, médico, portador do RG. nº 5.169.600, CPF. nº 949.050.458-00, doravante denominada **SECRETARIA** e do outro lado a **PREFEITURA DE JUNDIAÍ**, CNPJ nº 45.780.103/0001-50, com endereço na cidade de Jundiaí na Avenida da Liberdade, s/nº , neste ato representada por seu Prefeito, **MIGUEL MOUBADDA HADDAD**, brasileiro, casado, Advogado, RG. nº 9.512.557, CPF. nº 964.768.508-49, doravante denominada **CONVENIADA**, com base no Convênio nº 821/07, celebrado em 28/12/2007, visando o aperfeiçoamento das ações e serviços de saúde do SUS com fundamento nos artigos 196 à 200 da Constituição Federal, a Constituição Estadual; as Leis nºs 8080/90, 8142/90 e 8666/93 e suas atualizações, e demais disposições legais e regulamentares aplicáveis à espécie e,



**SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE  
COORDENADORIA DE REGIÕES DE SAÚDE**

**CONSIDERANDO:**

- Que o convênio celebrado com a CONVENIADA terá seu prazo de vigência esgotado em 28/12/2012;
- Que com base no referido convênio foi celebrado Termo Aditivo nº 01/2012, visando o repasse de recursos financeiros para a execução, pela CONVENIADA;
- Que o objeto do Termo Aditivo referido é por escopo e não foi totalmente concluído, por motivos alheios à vontade da CONVENIADA, constantes do processo;
- A existência de saldo em conta para a continuidade do ajuste;
- O interesse público envolvido, a ser perquirido pelo Administrador;

**RESOLVEM** celebrar o presente **TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO**, na forma e condições estabelecidas nas cláusulas seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

O presente **TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO** nº. 821/2007 de aperfeiçoamento das ações de serviços de saúde visa **PRORROGAR** sua vigência até 28/12/2013, bem como do respectivo **TERMO ADITIVO** nº 01/2012, celebrado entre a SES e a **CONVENIADA**.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DA PUBLICAÇÃO**

O presente ajuste deverá ser publicado, por extrato, no Diário Oficial do Estado - DOE, no prazo de 20 (vinte) dias a contar da data de sua assinatura.



**SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE  
COORDENADORIA DE REGIÕES DE SAÚDE**

**CLÁUSULA TERCEIRA - DO FORO**

O Foro para dirimir as questões oriundas da execução ou interpretação deste Termo Aditivo é o da Capital do Estado, podendo, os casos omissos, serem resolvidos de comum acordo pelos convenentes.

E, assim, por estarem, as partes, justas e acordadas, firmam o presente Termo Aditivo, assinado em 02 (duas) vias pelos representantes dos respectivos convenentes, na presença de 02 (duas) testemunhas, para publicação e execução.

São Paulo, de .....de 2012.

**Miguel Moubadda Haddad**  
Prefeito

**Giovanni Guido Cerri**  
Secretário de Estado da Saúde

**Testemunhas:**

---

**Marcela Bevilacqua**  
Diretor Técnico de Saúde III

---

**Affonso Viviani Jr.**  
Coordenador Regiões Saúde



**CONSULTORIA JURÍDICA  
DESPACHO Nº 570**

Ref.: Ofício GPI nº 362/2012.

A  
Presidência

Sugerimos seja oficiado o Sr. Prefeito para que informe, preliminarmente, a lei autorizativa do convênio nº 821/2007, tendo em vista que a Diretoria Legislativa apontou que não consta nos assentamentos do Poder Legislativo referida norma (ou preste os esclarecimentos pertinentes).

Com as informações, retorne para análise e manifestação.

Era o que tínhamos a sugerir.

Jundiaí, 13/12/2012.

Fábio Nadal Pedro  
Consultor Jurídico



# Câmara Municipal de Jundiaí

São Paulo  
Gabinete da Presidência

fls. 38  
proc. 9730  
a

Ofício PR/Gab 48/2012

Em 14 de dezembro de 2012.

Exm.<sup>o</sup> Sr.

**Dr. MIGUEL HADDAD**

**DD. Prefeito Municipal de Jundiaí**

Jundiaí - SP

Considerando o ofício GP.L. 362/2012 que encaminhou a esta Edilidade cópia do Termo Aditivo ao Convênio 821/2007, celebrado entre esta Municipalidade e o Estado de São Paulo, referente ao Programa QUALIS-UBS, informamos que a Diretoria Legislativa da Casa apontou a falta da lei autorizativa do referido convênio.

Sendo assim, peço que nos envie a mencionada norma para que possamos analisar e nos manifestar a respeito.

Sem mais para o momento, agradeço antecipadamente a atenção dispensada ao assunto.

**JÚLIO CESAR DE OLIVEIRA "Julliô"**  
Presidente

Recebido em 17/12/12  
Assinatura Christiane



## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ - SP

EXPEDIENTE

fls. 59  
proc 59734  
*a*

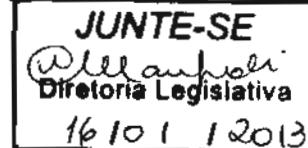
Ofício GPL nº 003/2013

Processo nº 14.999-0/2012

CÂMARA M. JUNDIAÍ (PROTÓCOLO) 16/JAN/2013 11:20 000866359

Jundiaí, 11 de janeiro de 2013

Excelentíssimo Senhor Presidente:



Vimos, pelo presente, em atendimento à solicitação contida no Ofício PR/Gab nº 48/2012, datado de 14 de dezembro de 2012, informar a Vossa Excelência que o Convênio nº 821/2007, celebrado com a Secretaria de Estado da Saúde, para repasse de recursos financeiros destinados a investimento/aquisição de equipamentos e mobiliários por meio do projeto QUALIS – UBS, foi autorizado pela Lei nº 4.980, de 31 de março de 1997, e ratificado pela Lei nº 7.513 de 15 de julho de 2010.

Ademais, nos termos do entendimento firmado pela Secretaria Municipal de Negócios Jurídicos, não é necessário nova autorização para formalização de aditivos ao Convênio nº 821/2007 com a finalidade de especificar repasses de recursos financeiros relacionados ao objeto do ajuste, em razão do disposto no item 2 do parágrafo primeiro de sua cláusula quarta.

Portanto, nas situações previstas na cláusula quarta do Convênio nº 821/2007, a Administração poderá celebrar termos aditivos, que integram o ajuste, para viabilizar o repasse de recursos ao Município pela Secretaria de Estado da Saúde, independentemente de autorização legislativa específica.

Evidentemente, em observância ao disposto no artigo 116, § 2º, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a Prefeitura sempre deverá encaminhar cópia de eventuais termos aditivos à Câmara Municipal.

Sendo só o que tínhamos a informar, aproveitamos a oportunidade para reiterar nossos protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,  
  
**PEDRO BIGARDI**  
Prefeito Municipal

Ao

Exmo. Sr.

**Vereador GERSON HENRIQUE SARTORI**

Presidente da Câmara Municipal de Jundiaí

Nesta.

Avenida da Liberdade s/nº - Paço Municipal "Nova Jundiaí" - Fone (11) 4589-8421/4589-8435 - FAX (11) 4589-8421



Câmara Municipal de Jundiaí

São Paulo

40  
Ms.  
Proc. 59.730

Proc. 59.730 – Lei 7.513/10

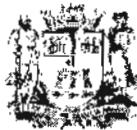
Diretoria Legislativa

À Diretoria Jurídica/Consultoria Jurídica, conforme seu despacho 570, de 13-12-2012.

WILMA CAMILO MANFREDI

Diretora Legislativa

20/02/2013



Câmara Municipal de Jundiaí  
São Paulo

Da. 41  
proc. 59.730  
*[Handwritten signature]*

**CONSULTORIA JURÍDICA  
DESPACHO Nº 10**

**PROJETO DE LEI Nº 10.659**

**PROCESSO N° 59.730**

Retorna a esta Consultoria, para análise, o presente projeto de lei, convertido na Lei 7.513, de 15/07/2010, de iniciativa do Chefe do Executivo, que ratifica convênio com o Estado/Secretaria de Saúde, para implantação do Hospital Regional Jundiaí e autoriza crédito adicional especial para fins de aditamento (R\$ 1.088.545,00), por força do Despacho da Diretoria Legislativa (fls. 40) que se reporta a anterior despacho deste órgão técnico (fls. 37), cuja resposta foi juntada às fls. 39.

Em decorrência dos argumentos ofertados na resposta do Executivo, que foi lido em expediente e, portanto, levado ao conhecimento dos Vereadores, e em se tratando de norma legal em vigor, sugerimos o arquivamento do feito.

É o entendimento.

Jundiaí, 21 de fevereiro de 2013.

*Ronaldo Salles Vieira*  
Ronaldo Salles Vieira  
Consultor Jurídico

*Fábio Nadal Pedro*  
Fábio Nadal Pedro  
Consultor Jurídico

rsv